

LIBERAL **AMAZON**

Representatividade

negrana **Amazônia**

LEVANTAMENTO feito pela Redação Integrada de O LIBERAL, com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostra que apenas 5,08% dos parlamentares em exercício pelos Estados da Amazônia Legal são pretos. Número só reforça o cenário ligado ao histórico de racismo e discriminação racial de um país que sempre negou a cor de seu povo.

CAIO OLIVEIRA E ELISA VAZ

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pesquisa a cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração - ou seja, perguntando de qual grupo a pessoa se considera parte, entre as seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela. De acordo com dados de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 42,7% dos brasileiros se declararam brancos, 46,8% pardos, 9,4% pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Dentro dessa classificação, pretos e pardos são considerados os brasileiros que compõem o povo negro. Mas esse viés identitário é muito mais profundo, e influenciado diretamente por todo o histórico de racismo e discriminação racial de um país que sempre negou a cor de seu povo.

“O pardo foi uma divisão feita no Brasil. Ele tem origem no racismo brasileiro, que é caracterizado pelo fenótipo: quanto mais a pessoa tiver características fenotípicas de negros, mais ela é discriminada no Brasil”, explica Zélia Amador de Deus, cofundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) e coordenadora da Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (Adis), da Universidade Federal do Pará (UFPA). “Há aquelas pessoas que, apesar de serem descendentes de negros, foram clareando por causa do projeto de embranquecimento do Brasil. Nesse processo, nasce esse que, de alguma forma, é mais aceito pela sociedade: nasce o pardo, a cor parda”, pondera a professora emérita.

No Brasil, a baixa representatividade das pessoas pretas no âmbito político é apenas mais uma prova da desigualdade. E isso fica ainda mais visível dentro da Amazônia Legal, território composto por nove estados brasileiros, onde reside grande parte das populações negras e indígenas do país e, mesmo assim, os vestígios do preconceito continuam evidentes. Embora a região abrigue 12,66% das pessoas pretas do Brasil, segundo dados do IBGE referentes a 2018, um levantamento realizado pela reportagem da Redação Integrada de O Liberal com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostra que somente 5,08% dos parlamentares do Congresso Nacional em exercício pelos estados da Amazônia Legal são pretos. Eles somam um total de seis dos 118 congressistas do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Entre os senadores, dos 27 representantes atuais desses estados, só há dois pretos cumprindo mandatos, sendo um no Maranhão e outro em Roraima, o que resulta em um percentual de 7,4% do total. No Acre, Amazonas e Tocantins, por exemplo, só há senadores brancos, enquanto nos outros seis estados existe pelo menos um senador pardo ou preto compondo a bancada. Quanto aos deputados federais, há 91 em exercício atualmente dentro da região. Desses, apenas quatro são pretos: dois no Maranhão, um em Rondônia e outra no Pará. Ou seja, os deputados federais pretos representam 4,39% de todo esse número. Dos 46 políticos que são de etnias que não seja a branca (50,54%), há ainda um indígena (1,09%) e 41 pardos (45,05%).

A professora Zélia Amador participou do processo de criação do sistema de cotas de negros nas universidades. Para ela, mais do que integrar esse grupo, é importante que as pessoas que tomam as decisões no país sejam mais engajadas com políticas que atendam grupos em vulnerabilidade. “Nós temos de ter representantes que estejam trabalhando com a causa racial. Não podemos ter pessoas que, mesmo sendo pretas ou pardas, não estejam colocando a questão racial no centro de suas políticas. Não é se entender como pessoa preta apenas, mas estar na luta pela melhoria das condições da população negra no país”, opina a professora. Ela destaca ainda que a verdadeira mudança nasce de uma percepção mais profunda do Brasil sobre si mesmo.

“Enquanto a sociedade não se admitir racista e não se armar para combater o racismo, a situação vai continuar a mesma. A falta de pessoas pretas nos diversos poderes é prejudicial para a sociedade. Uma sociedade em que o poder não está dividido de forma equânime, em todos os segmentos, é uma sociedade que não pode ser considerada democrática, que não valoriza seus grupos sociais. É uma sociedade doente, cheia de mazelas, violenta”, declara Zélia Amador de Deus.

Uma sociedade em que o poder não está dividido de forma equânime, em todos os segmentos, é uma sociedade que não pode ser considerada democrática, que não valoriza seus grupos sociais

ZÉLIA AMADOR DE DEUS

Co-founder of Cedenpa and coordinator of the Diversity and Social Inclusion Advisory Board, UFPA

A society in which power is not equally distributed into all its portions is a society that cannot be considered democratic, one that does not value its social groups

ZÉLIA AMADOR DE DEUS

Co-founder of Cedenpa and coordinator of the Diversity and Social Inclusion Advisory Board, UFPA



BLACK AWARENESS

Black representation in the Amazon

CULTURE - A survey by Redação Integrada de O Liberal [O Liberal Integrated Newsroom] with collected data from Tribunal Superior Eleitoral (TSE) [Superior Electoral Court] shows that only 5.08% of congressmen in office within the states that constitute the Legal Amazon are black. Such number potentializes the history of racism and racial discrimination of a country that has always denied the color of its people

CAIO OLIVEIRA AND ELISA VAZ
TRANSLATED BY SILVIA
BENCHIMOL AND EWERTON
BRANCO - ET-MULTI (UFPA)

The Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [Brazilian Institute of Geography and Statistics] performs researches on the color or race of the Brazilian population based on self-declarations, that is, by asking which group the person considers themselves belonging to, among the following options: white, black, pardo [from mixed races], indigenous or yellow. According to data from the 2019 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) [National Household Sample Survey], 42.7% of Brazilians declared themselves white, 46.8% as pardo, 9.4% black and 1.1% as yellow or indigenous. Within this classification, blacks and pardos are the segments considered the ones which constitute

the black people, but this identity construct is much more complex. It is directly influenced by the entire history of racism and racial discrimination in Brazil - a country that has always denied the color of its people.

“Pardo was a racial division created in Brazil. It has its origins in the history of Brazilian racism, which is characterized by the phenotype: “In Brazil, the more black-distinctive

phenotypic a person exhibits, the more discriminated he/she is”, explains Zélia Amador de Deus, co-founder of Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) [Center for Studies and Defense of Blacks in Pará] and coordinator of the Assessorship for Diversity and Social Inclusion (Adis), at the Federal University of Pará (UFPA). “There are those people who, despite being black descendants, have been getting lighter because of the whitening project in Brazil. Along such process, the one that is somehow more accepted by society is born: the pardo, that is, the pardo color is born”, says the emeritus teacher.

In Brazil, the low proportional representation of black people in the political sphere is just another proof of inequality, which is even more striking within the Legal Amazon, a territory composed of nine Brazilian states where a large part of the country’s black and indigenous populations lives and, even so, the vestiges of prejudice remain evident. Although the region is

home to 12.66% of black people in Brazil, according to IBGE data for 2018, a survey carried out by Redação Integrada de O Liberal [O Liberal Integrated Newsroom], considering data from Tribunal Superior Eleitoral (TSE) [Superior Electoral Court] shows that only 5,08% of the lawmakers from the National Congress in office for the states of the Legal Amazon are black, adding up to six of the 118 congressmen from Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima and Tocantins.

Among the senators, of the 27 current representatives of these states, there are only two blacks in office, one in Maranhão and the other in Roraima, which results in a percentage of 7.4% of the total. In Acre, Amazonas and Tocantins, for example, there are only white senators, while in the other six states there is at least one pardo or black senator making up the political panel. As for federal deputies, there are 91 currently in office in the region. Of this total, only four are black: two in Maranhão, one in Rondônia and another in Pará. In other words, black federal deputies represent 4.39% of all that number. Considering 46 politicians who are of ethnicity other than white (50.54%), there is also one indigenous (1.09%) and 41 pardos (45.05%).

Zélia Amador, who was involved in the process of creating the quota system for blacks in universities, advocates that, more important than considering oneself part of a group is to have, in crucial positions, people who make decisions and are more engaged with policies that serve vulnerable groups in the country. “We need representatives who are working for the racial cause. We cannot have people who, despite being black or pardo, are not putting the racial issue at the center of their policies. It is not just about understanding oneself as a black person, but about being effectively in the struggle to improve the conditions of the black population in the country”, says Professor Amador, who also emphasizes that the real change comes from a deeper perception of Brazil about itself.

“Unless a society does not admit itself as ‘racist’ and does not arm itself to fight racism, the situation will remain the same. The lack of black people occupying important positions in the various segments and powers of the State is harmful to society. A society in which power is not equally distributed into all its portions is a society that cannot be considered democratic, one that does not value its social groups. It is a sick, violent and flawed society”, declares Zélia Amador de Deus.

Chegada de africanos na Amazônia

A presença de negros no Brasil, e em especial, na Amazônia, é marcante desde os primórdios da ocupação europeia nas Américas, e há registros de africanos sendo traficados para a região desde o final do século 17, com o volume aumentando exponencialmente nas décadas seguintes. Ainda hoje, as ruas de Belém exibem pontos diretamente ligados a esse passado escravagista. No fim do século 17, nos limites da Belém-colônia com a selva, os negros erigiram uma capela em honra de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos na área cedida para a construção de um templo de culto religioso específico para os escravos. Além disso, a Travessa dos Mirandas (atual avenida Presidente Vargas) foi prolongada mata adentro e, no final, foi aberta uma enorme clareira no local que hoje é conhecido como Praça da República (antigo Largo da Campina) para servir de cemitério aos escravizados. Contudo, muito dessa história está perdida, e poucos dos que circulam pelos pontos turísticos da capital sabem disso.

“Da segunda metade do século 18 e primeiras décadas do século 19, a gente tem africanos vindos dessas regiões das ilhas de Cabo Verde, Bissau e Cacheu - na região ocidental da África, e dos portos da região centro-ocidental, que são Angola e Congo”, explica a historiadora Barbara da Fonseca Palha, autora da tese “Escravidão de origem africana em Belém: um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade”. Em seu doutorado, a pesquisadora reuniu dados sobre negros escravizados no Pará através de registros em livros, jornais e documentos, em especial, os emitidos pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que recebeu o monopólio do tráfico de pessoas e, com essa análise, conseguiu compreender melhor o processo de ocupação negra na Amazônia.

“Na segunda metade do século 18, a população de africanos e afrodescendentes escravizados representava de 30% a 40% de Belém, já que os censos da época consideravam dois grupos apenas na cidade: livres e escravos. Na primeira metade do século 19, essa população tende a crescer, e em um determinado período, a população de escravizados era ligeiramente superior a de livres, e isso considerando que nos mapas populacionais, eles já consideravam além de livres e escravos, os libertos e indígenas. Então, era uma cidade negra”,

explica Bárbara, que comenta sobre como os africanos que aportaram em Belém foram distribuídos pelo estado.

“Na época da Companhia, o principal objetivo era eles irem para o interior do Pará. Em Belém, eles trabalhavam com vendas, em serviços domésticos, em arsenais, com construção de navios. Era bem variado o setor de serviços. No interior, eles trabalhavam com extrativismo, agricultura, criação de gado... No que era o Grão-Pará, em várias regiões, havia o emprego de trabalhadores escravizados de origem africana, como no Marajó, Baixo Amazonas, no Salgado, que eram regiões de destaque econômico”, elenca a historiadora.

Bárbara explica que os negros na época lutavam por sua liberdade das mais variadas formas, utilizando desde muito cedo o próprio sistema judiciário para sair da escravidão, o que mostra a forte participação do povo preto na política desde os primórdios do estado do Pará. Pessoas que tiveram a liberdade prometida com a morte de seu senhor, por exemplo, lutavam judicialmente para ter esse direito garantido. “Existia a busca pela liberdade escancarada, feita por meio das fugas e criação dos quilombos, e existiam os atos de resistência dentro do próprio sistema. Em Belém, a participação feminina foi muito maior nesse sentido. O escravizado acionava a justiça, por meio de ações de liberdade. Ele procurava a liberdade ‘legalizada’, dentro do sistema. Todo ato de resistência, como esse, é político”, explica a professora que, como funcionária da rede estadual de educação, tenta fazer com que seus alunos se empoderem com essas histórias.

“Minha principal questão com os alunos é eles conhecerem a história e se apropriarem disso. Nosso currículo ainda é muito europeizado, então, a gente tem que buscar trabalhar com os alunos histórias locais, regionais, para que eles saibam que tem um passado, que a Amazônia tem uma forte presença de população de origem africana, e que isso moldou nossas características culturais, econômicas e políticas. Na nossa Câmara Municipal, na nossa Assembleia Legislativa, quem são os deputados negros? Esses alunos ou os pais deles se sentem representados por essas pessoas que não são negras? Eu falo muito isso: que eles estão prestes a se tornarem eleitores e precisam entender que o ato de votar não é ficar na fila e apertar um botão, mas sim, escolher quem vai para lutar pelas tuas causas e teus direitos”, encerra a historiadora.

Segundo estudo, atual Praça da República, no centro de Belém, serviu como cemitério de negros escravizados



Barbara da Fonseca Palha, historiadora aprofundou pesquisa sobre a escravidão na Amazônia

Barbara da Fonseca Palha, historian researching slavery in the Amazon



The Africans arrival in the Amazon

The presence of blacks in Brazil, and especially in the Amazon, has been highly noticeable since the beginnings of the European occupation in the Americas. There are records of Africans being trafficked to the region since the end of the 17th century, with the volume increasing exponentially in the following decades. Even today, the streets of Belém display sites directly linked to this slavery past. At the end of the 17th century, on the borders of Belém, (still as a colony) with the jungle, the blacks erected a chapel in honor of Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos in the area donated for the construction of a specific religious cult temple for slaves. In addition, Travessa dos Mirandas (now Avenida Presidente Vargas) was extended into the woods and, in the end, a huge clearing was opened in the place that is now known as Praça da República (formerly, Largo da Campina) to serve as a cemetery for the enslaved. However, much of this history is lost, and few of those who visit the tourist attractions of the capital know about it.

“Since the second half of the 18th century and the early decades of the 19th century, Africans were brought from the region of Cape Verde islands, Bissau and Cacheu, that is, located in the western part of the African continent. Other groups used to come from the ports in the western central region, such as Angola and Congo”, explains the historian Barbara da Fonseca Palha, author of the doctorate thesis “Escravidão de origem Africana em Belém: um estudo sobre a demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade” [African slavery origin in Belém: a study about the demography, mixed race, work and freedom]. During her doctorate degree, the researcher collected data about enslaved black people in Pará, ex-

mining registers in books, newspapers and documents, particularly the papers issued by Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão [Grão-Pará and Maranhão Company], which was granted a monopoly of human trafficking. As a result of her analysis, Barbara could better understand how the process of black people occupation in the Amazon occurred.

“In the second half of the 18th century, the Africans’ and enslaved African descendants’ number had reached 30% to 40% of the population in Belém, since the census at that period used to consider only two kinds of groups in the city: free and enslaved people. In the first half of the 19th century, that population number had increased. During a certain period, the proportion of enslaved people compared to that of free people was slightly

According to a study, the current Praça da República, in the center of Belém, was used as a cemetery for enslaved black

higher. That rate was determined considering, in addition to free people and slaves, the freed and indigenous people. So, it was a black city”, explains Bárbara, who comments about how the Africans brought to Belém were allocated within the state of Pará.

“During the Grão-Pará and Maranhão Company period, the main objective was to send the slaves to the countryside of Pará. In Belém, they used to be ‘employed’ in activities such as, sales, housework, arsenals, ship constructions. The occupations were varied. In the countryside, they were put to work in activities such as, extractives, agriculture, livestock... Within the geographical limits of Grão-Pará, there were enslaved workers from African origin in many sites, such as in Marajó archipelago, Baixo Amazonas [mesoregion in the northwest of Pará], Salgado [mesoregion in the northeast of Pará], regions experiencing economic prominence”, says

the historian.

Bárbara explains that black people, at that time, fought for their freedom in different ways, resorting, since the beginning, to the judiciary system in order to get rid of the slavery. That attitude points out the important role of the black people in the politics since the early beginnings of Pará state. People to whom freedom was promised after their lord’s death, for instance, had to require to court and fight so that right would be enforced. “There was an evident fight for freedom, in actions such as attempted escapes and the creation of Quilombo communities. Besides, there were also the actions of resistance within the system itself. In Belém, women’s participation in such claims was more intense. The enslaved person would claim to the court based on freedom laws. They would try to accomplish the “legal” freedom, recognized by the legal system. Every similar act of resistance is a political act”, explains the scholar, who works in the state educational department, trying to get her students to empower themselves by those reports.

“My main issue with my students is leading them to apprehend history and internalize it. Our syllabus is still too European centered, so we have to try to approach local and regional history with our students, so that they realize they do have a past, that the Amazon has a distinguishable presence of African origin population, and this fact has shaped our cultural, economic and political characteristics. Thinking of our city government, in our parliament, who are the black representatives? Do these students or their parents feel represented by those people who are not black? I often tell them they are about to become electors so they should understand that voting is not only standing in line and pressing a button. It is, in fact, about choosing who is going to fight for your issues and your rights”, states the historian.



MÁRCIO NAGANO - O LIBERAL



There is lack of representation in the parliament

Deputy says she suffers every day, in her own Congress, structural racism

"I am the only black federal congresswoman in office in Pará. So, from a total amount of 20 chairs - 17 federal deputies and 3 senators - there is only one black woman. It is an insignificant number", says Vivi Reais (from Psol political party). She was the most voted politician woman in the capital of Pará state and the fifth in number of votes amongst all candidates for the Municipal Chamber in 2020. In Brasília, the Brazilian federal district, she replaced Edmilson Rodrigues (Psol party), who was elected as the Mayor of Belém. She remarks this situation as a matter of urgency to work towards the decrease the current lack of representation of certain groups from the Amazon in the parliament. "This is where the political decisions will occur, every law project is sent there, thus, how are we supposed to legislate including the majority of the population if that majority is not represented? In Pará, one of the states where there is proportionally the highest number of black people, there should be more representatives in the parliament, and that is not what really happens. There are not many black people, and, amongst them, many do not present themselves as black persons, nor do have the racial issue as a major theme", explains Vivi.

For Vivi, the structural racism is so remarkable in the Brazilian society that it is reproduced in a daily basis, even in the political center of the country. "There is not a single day during a week that I am not stopped. They ask me what I am doing there every day, even if I am holding a professional identity badge. Even so, they ask me 'where are you going?', 'what do you want?' 'where is your badge?', even if I am wearing the pin worn by the deputies. I never take it out. When they look at me, they are not able to see a deputy. They see an assistant, at most. There are many situations of invisibility. It is much easier to assume this place belongs to white people, to men. When they see young black women, they stop us every time", she reports.

Vivi says more important than managing to elect more black representatives, it is necessary that those politicians face themselves as non-white people, and that they include in their government programs, projects that focused on that segment of society. The deputy from Pará explains that her agenda during her mandate often directly advocates for the black movement, LGBTQ, indigenous peoples, and other social minority issues.

"A very important project in force today is the law referred to in Brazil as the 'Quotas Act', and I am one of the rapporteurs for that project in Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados [Human Rights and Minorities Committee of the Deputies Chamber]. There is a wrong interpretation that in ten years, that is, in 2022, the Quotas Act Law is going to be discontinued. In fact, it is a cycle for it to be reviewed, re-evaluated. We are going to extend that period to 20 years, not 10. That is, the law is not going to be reviewed in 2022, but in 2032", explains Vivi Reais.

Besides that, the congresswoman also issued a law project that turns illegal a person who has been charged with racism to apply for government working positions. Some of her other actions include projects focusing on health, education and culture of black people, and the title deeds of quilombola lands in the Amazon region. "Now as a black woman in the politics, I highlight, as a main theme, the need for being proud of who we are and to use such pride to benefit society. We must search for prominence in the politics, in arts, in culture, or in any other professional career. We have to be in all spaces, and we have to say out loud that every place can be ours", states the congresswoman.

Falta representatividade na Câmara dos Deputados

"Eu sou a única deputada federal mulher negra nessa legislatura no Pará. Então, em um universo de 20 cadeiras - 17 deputados federais e mais três do Senado - só tem uma mulher negra. Isso é muito baixo", comenta Vivi Reais (Psol), que foi a mulher mais votada na capital paraense e a quinta com mais votos entre todos os candidatos nas eleições para a Câmara Municipal em 2020. Em Brasília, ela assumiu a vaga de Edmilson Rodrigues (Psol), que foi eleito prefeito de Belém. Para ela, é urgente trabalhar para diminuir a falta de representatividade de determinados grupos da Amazônia no legislativo. "Esse espaço é onde serão feitas as decisões políticas, todos os projetos passam por lá. Então, como a gente vai fazer uma política que seja para a maioria da população se essa maioria não está representada? No Pará, um dos estados em que mais há pessoas negras, proporcionalmente, deveríamos ter mais representantes no parlamento, e não é o que acontece. Temos poucas pessoas negras e, destes, muitos não se apresentam como negros e nem colocam como pauta principal a questão racial", explica Vivi.

Para a parlamentar, o racismo estrutural é tão marcante na sociedade brasileira que é reproduzido diariamente

mesmo no centro político do país. "Não existe um dia na semana que eu não seja barrada. Todos os dias, me perguntam o que eu estou fazendo ali, e eu ando identificada. Me perguntam 'aonde você vai? O que você deseja? Cadê seu crachá?', sendo que estou com o broche que os deputados usam, não tiro para nada. Quando eles me olham, não enxergam uma deputada. Eles enxergam uma assessora, no máximo. São vários casos de invisibilidade. É muito mais fácil entender que esse lugar é do branco, do homem. Quando se vê mulheres negras e jovens, elas todo tempo são barradas", denuncia.

Vivi comenta que, mais do que eleger representantes negros, é preciso que esses políticos se enxerguem como pessoas não-brancas, e que tenham em seu programa projetos que priorizem esse setor da sociedade. A deputada paraense explica que pauta em seu mandato diversas questões que apoiam diretamente a causa negra, LGBTQ e indígena, entre outras.

"Um projeto importantíssimo hoje é a vigência da Lei de Cotas no país, e estou como relatora nesse projeto na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Existe uma interpretação errônea de que em 10 anos de vigência - ou seja, 2022 - a Lei de Cotas vai ser interrompida, mas na verdade, é um ciclo

para que ela seja revisada, reavaliada. Vamos prorrogar esse período para 20 anos, e não dez. Ou seja: a lei não será reavaliada em 2022, mas sim, em 2032", explica Vivi Reais.

Além deste, a deputada ainda colocou em pauta um projeto de lei que proíbe que pessoas que respondem na Justiça por racismo assumam cargos públicos, além de proposições que priorizam a saúde, educação e cultura do povo preto e a titulação de territórios quilombolas na Amazônia. "Hoje, eu como uma mulher negra na política, coloco com muita centralidade essa necessidade de termos, de fato, orgulho de ser quem somos e usar isso em benefício da sociedade. Temos de buscar o protagonismo, que pode ser na política, na arte, na cultura, dentro de outras categorias profissionais. Nos resta ocupar os lugares, e dizer que todos os lugares podem ser nossos", encerra a deputada.

Deputada afirma que sente todos os dias, no próprio Congresso, o racismo estrutural

MÁRCIO NAGANO / O LIBERAL



Zélia Amador de Deus, da UFPA, é cofundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

Zélia Amador de Deus, from UFPA, is co-founder of the Center for the Study and Defense of Black People in Pará

Parceria Institucional

A produção do Liberal Amazon é uma das iniciativas do Acordo de Cooperação Técnica entre o Grupo Liberal e a Universidade Federal do Pará. As reportagens que envolvem pesquisas e estudiosos da UFPA são revisadas por profissionais da academia. A tradução do conteúdo é também realizada pelo acordo, através do projeto de pesquisa ET-Multi: Estudos da Tradução: multifaces e multissemióticos.

Institutional Partnership

The production of Liberal Amazon is one of the initiatives of the Technical Cooperation Agreement between the Liberal Group and the Federal University of Pará. The articles involving research from UFPA are revised by professionals from the academy. The translation of the content is also provided by the agreement, through the research project ET-Multi: Translation Studies: multifaces and multissemiotics.

CONTEÚDO MULTIMÍDIA

Use um leitor de QR Code para acessar o conteúdo multimídia com vídeo, imagens e podcast.

MULTIMEDIA CONTENT

Use a QR Code reader to access the multimedia content with video, images, and podcast.

